

□ **ESPAÇO ABERTO**

## Portugal e a CEE

IVES GANDRA MARTINS

No último mês, a convite da Universidade de Coimbra, onde estive para ministrar uma "lição", na língua galega, sobre os rumos da nova Constituição brasileira, revisei Portugal, que adentra, de peito aberto, pela Comunidade Econômica Europeia.

Minha vida de professor universitário não poucas vezes, desde 1964, tem me levado a proferir palestras nas terras de nossos maiores, o que me permite, na convivência com sua elite universitária, uma reflexão sobre o caminho, nem sempre comum, das duas nações irmãs.

Na década dos 60, Portugal enfrentava sérios problemas com seu ultramar, e o Brasil ingressava, graças ao gênio de Castelo Branco e de seus dois ministros, Bulhões e Campos, pelo caminho da recuperação econômica.

Na década dos 70, a Revolução dos Cravos desestruturou, em parte, a economia portuguesa, provocando problemas variados, superados pelo afastamento de preconceitos ideológicos e sua substituição pelo pragmatismo eficiente do mercado. A gráfica frase de Mário Soares para justificar o abandono das teses socialistas extremadas é uma lição permanente para os políticos de todos os tempos: "O povo não come ideologia. O povo come pão e, como presidente, devo escolher o melhor caminho para dar pão ao povo". Em 70, portanto, enquanto Portugal conhecia três ciclos (o fim do império colonial, o regime comunista e a retomada democrática não comunista), o Brasil principiava a acumular problemas, nada obstante as figuras de Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen, reconhecidos mestres em Economia.

Na década dos 80, entretanto, o descompasso, que mostrava o Brasil evoluindo e Portugal regredindo, foi alterado a partir de 1982, e, principalmente, com a Nova República, o rumo da História mostrou estar Portugal caminhando para o futuro e o Brasil para o passado.

Nas conferências que pronunciei em Portugal e ex-colônias, durante os três espaços temporais, e no contato com alunos e professores portugueses, não me foi difícil sentir a diferença de homens e de projetos, nos três períodos, principalmente nestes dois últimos anos, em que lá estive ministrando aulas.

Da visita do mês passado, resta-me a impressão de que o povo português amadureceu de vez, para o desafio que a Comunidade Europeia representa. Os alunos, de Coimbra — e não estive apenas em contato com aqueles de Direito — já visualizam a Europa como uma grande Federação, mais do que Confederação, acreditando que a eficiência, a competência, o conhecimento é que os levará a disputar os espaços profissionais, não mais em Portugal, mas em 12 países da Comunidade.

### Em vez do preconceito, competência, eficiência, conhecimento

Os preconceitos ideológicos perdem vigor. Os estudantes, mais dispostos a estudar do que a discutir teses passadas, voltam-se para a busca de conhecimento, impressionando-me, inclusive, o interesse demonstrado por conhecer melhor o que o Brasil pretendeu com sua nova Constituição. Enquanto estudam a promoção de alterações profundas em sua Constituição para adaptarem-se aos tempos modernos, julgam curioso que, no Brasil, se procure dar relevo exatamente aquilo que estão para mudar, ou já mudaram, em sua lei maior.

A racionalização do momento português é de tal ordem que já não examinam o período salazarista com os olhos preconceituosos da Revolução, reconhecendo, no falecido dirigente, defeitos incontestes, mas qualidades evidentes, assim como tendo a certeza de que a estabilidade financeira portuguesa atual, pouco afetada pelos três anos de insensatez dos governos revolucionários, deveu-se ao tirocinio do velho e recluso chefe de Estado.

Deixaram de respirar os ódios e as invejas políticas, que, sobre subirem à cabeça mais do que o excesso de álcool, terminam por indicar o caminho da vingança, da perseguição e da intranquilidade. Respiram, agora, os ares puros do amanhã, sem desconhecer a enormidade da tarefa de integração de uma nação mais pobre a uma comunidade de iguais, a partir de 1992.

A volta a Coimbra, agora na condição de professor convidado, trouxe-me a alegria de sentir que a Nação fundada por Afonso Henriques e a Universidade gerada por D. Diniz, continuam, hoje, após oito séculos, a olhar para o futuro, com o espírito dos grandes conquistadores dos séculos XV e XVI. E que sua juventude se descontamina de toda a espécie de preconceitos, para assumir o papel que a Pátria dela espera.

Como gostaria que fosse esta, também, a visão de nossos políticos e dirigentes, para que o Brasil recebesse, de seus filhos, o patriotismo necessário para estimular a juventude a acreditar que um dia esta nação será, realmente, uma grande Nação.

□ Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.